

Legislação Arquivística

Legislação Federal

Nº da Lei	Ementa
<u>Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991</u>	Dispõe sobre a política Nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.
<u>Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968</u>	Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.
<u>Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002</u>	Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências.
<u>Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002</u>	Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.
<u>Decreto nº 2.134, de 24 de janeiro de 1997</u>	Regulamenta o art. 23 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências
<u>Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996</u>	Regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências.
<u>Resolução nº 26, de 06 de maio de 2008</u>	Estabelece diretrizes básicas de gestão de documentos a serem adotadas nos arquivos do Poder Judiciário
<u>Resolução CONARQ nº 21, de 4 de agosto de 2004</u>	Dispõe sobre o uso da subclasse 080 - Pessoal Militar do Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio e da Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública, aprovados pela Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001, Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ.
<u>Resolução CONARQ nº 20, de 16 de julho</u>	Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em

<u>de 2004</u>	programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos.
<u>Resolução CONARQ nº 14, de 24 de outubro de 2001</u>	Aprova a versão revisada e ampliada da Resolução nº 4, de 28 de março de 1996, que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos as Atividades-Meio da Administração Pública.
<u>Resolução CONARQ nº 6, de 15 de maio de 1997</u>	Dispõe sobre diretrizes quanto à terceirização de serviços arquivísticos públicos.
<u>Resolução CONARQ nº 1 de 18 de outubro de 1995</u>	Dispõe sobre a necessidade da adoção de planos e ou códigos de classificação de documentos nos arquivos correntes, que considerem a natureza dos assuntos resultantes de suas atividades e funções.
Legislação Estadual	
<u>Decreto n.º 29.387, de 15 de outubro de 2001</u>	Cria o Conselho Estadual de Arquivos (CONEARQ) e estabelece a sua competência, organização e funcionamento.